



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITAR DIRETORIA DE ENSINO E
PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GUSTAVO GUEDES DE ARAUJO

**O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO VOLTADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

GUSTAVO GUEDES DE ARAUJO

**O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO VOLTADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA -GO

2024

O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO VOLTADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

COMMUNITY POLICING AIMED CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE MUNICIPALITY OF ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

ARAÚJO, Gustavo Guedes de¹
LEÃO, Carla Vieira Fagundes²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância do Policiamento Comunitário voltado para crianças e adolescentes no município de Águas Lindas de Goiás, destacando como os policiais militares podem desempenhar um papel significativo na vida dos jovens da sociedade. Além disso, busca compreender como os estabelecimentos policiais podem ser utilizados para aproximar a população e a polícia. Para realizar esta pesquisa, foram entrevistados membros da comunidade local, com o intuito de avaliar se concordam que uma abordagem mais preventiva de policiamento, direcionada a crianças e adolescentes, poderia fazer diferença na prevenção da criminalidade. A conclusão do estudo revela que a implementação de um policiamento comunitário, acompanhado de projetos sociais e espaços de lazer com atividades diversificadas para os jovens, poderia contribuir significativamente para a formação dessas pessoas, impactando positivamente, não apenas suas vidas, mas também as de seus familiares, criando uma cultura de respeito e cidadania que poderá impactar as futuras gerações.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário; Comunidade; Projetos sociais; Espaços de lazer.

Abstract

This article aims to present the importance of Community Policing focused on children and adolescents in the municipality of Águas Lindas de Goiás, highlighting how military police officers can play a significant role in the lives of young people in society. Additionally, it seeks to understand how police establishments can be used to bring the population and the police closer together. To conduct this research, members of the local community were interviewed, with the intention of assessing whether they agree that a more preventive approach to policing, aimed at children and adolescents, could make a difference in crime prevention. The conclusion of the study reveals that the implementation of community policing, accompanied by social projects and leisure spaces with diversified activities for young people, could significantly contribute to the formation of these individuals, positively impacting not only their lives but also those of their families, creating a culture of respect and citizenship that may impact future generations.

Keywords or Palabras clave: Community Policing; Community; Social Projects; Recreational Spaces.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: g.guedesbsb@gmail.com. Telefone: (61) 98497- 8309.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Ciências Contábeis e Especialista em Análise Criminal. E-mail: carlavieirafagundesleao@gmail.com. Telefone: (62) 98175-9871

1 INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal de 1988 (CF), em seu artigo 144, parágrafo 5º, diz que às polícias militares cabem a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. (Brasil, 1988). Ao analisar o texto, a CF orienta as Polícias Militares (PMs) para um policiamento ostensivo que visa a preservação da ordem pública. Mas o que se entende por policiamento ostensivo?

Leon diz na apostila Estudos de Polícia e Policiamento, p. 48 que Policiamento Ostensivo é a ação ou atividade realizada pela PM, por meio de seus policiais com a finalidade de promover segurança pública, devendo ser reconhecidos perante a comunidade com o objetivo de prevenção e promoção da sensação de segurança. PMGO (2023)

Logo, percebemos que o policiamento deve ser visível e notório aos olhos da sociedade, de modo que qualquer pessoa possa identificar a presença de um agente da lei. A razão para essa ostensividade é prevenir a ocorrência de crimes nos locais em que esses agentes atuam. Portanto, o policiamento deve ser ostensivo para evitar a prática de crimes. E, uma vez ocorrendo tais delitos, a polícia militar ainda estaria encarregada da preservação da ordem pública, que consiste na manutenção da ordem do Estado e do bem social, mediante ações coativas com o objetivo de coibir ameaças à convivência pacífica na sociedade.

Diante desse pequeno trecho constitucional do artigo 144, que praticamente limita as atividades das PMs a esses dois tópicos, omite-se outras formas de prevenção da criminalidade. E uma abordagem que poderia contribuir significativamente para isso seria o policiamento comunitário. Nesse modelo, a polícia militar não apareceria no local apenas para prender criminosos, mas também para colaborar com os moradores das comunidades, proporcionando uma abordagem mais humana. Seria um braço social do estado nesses ambientes que, por muito tempo, foram marginalizados.

Conversas mais frequentes com comerciantes; visitas mensais a escolas; implementação de projetos sociais voltados para crianças e adolescentes, como por exemplo: judô, capoeira, natação, dança, aulas de reforço escolar sendo em ambientes controlados pelas PMs poderiam prevenir significativamente a criminalidade a médio e longo prazo. A polícia estaria agindo no início da formação social do jovem, tornando-se uma referência, com seus agentes podendo ser exemplos a serem seguidos por crianças e adolescentes, antes mesmo de se associarem a pessoas que poderiam levá-los ao mundo do crime. Às vezes, uma simples ocupação ou conversa pode transformar a vida de uma pessoa.

Atualmente, uma considerável porção das favelas do Rio de Janeiro encontra-se sob o domínio de traficantes. Diariamente crianças e adolescentes voltam seus olhares para esses indivíduos percebendo neles uma aura de poder e autoridade. Isso os torna, de certa forma, referências, pois conseguem vislumbrar nos criminosos uma oportunidade de alcançar carros de luxo, mansões, relacionamentos e o controle sobre a vida e a morte de outros.

Os “donos dos morros” se tornaram verdadeiros “senhores feudais” dos tempos modernos, acumulando poder que nenhuma outra autoridade do País tem, e qual criança não quer também crescer e ter tais poderes? É certo que esses traficantes assumiram o protagonismo que, em tempos passados, pertencia a heróis de quadrinhos, personagens de filmes ou agentes da lei. Para muitos, a polícia figura como a antagonista, enquanto o criminoso é visto como o triunfador na jornada da vida.

O objetivo geral do trabalho é buscar estudar e debater uma forma mais ativa de se fazer Policiamento Comunitário com foco em crianças e adolescentes, visando promover uma maior integração entre a comunidade e as forças de segurança, além de fortalecer os vínculos de confiança e respeito mútuo entre esses grupos, influenciando os membros da comunidade desde infância até a vida adulta.

Já o objetivo específico desse trabalho é propor a criação de ambientes de convivência e aprendizado que possam interagir policiais, membros da comunidade e os filhos dela, em busca de proporcionar atividades educativas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, enquanto fortalecem a relação de proximidade entre a polícia e a comunidade e contribui na formação do caráter das futuras gerações.

2 REVISÃO TEÓRICA

Para a compreensão como esse tema pode ser abordado, segue a revisão literária que trará os seguintes assuntos: A Destruição da Família e dos Costumes; Policiamento Comunitário na Juventude; Policiamento Comunitário em Projetos Sociais e Policiamento Comunitário nas Escolas.

Na sequência, a seção de metodologia abordará detalhadamente o método utilizado na pesquisa, delineando as etapas, técnicas e abordagens adotadas para investigar e analisar as questões relacionadas

2.1 A DESTRUIÇÃO DA FAMÍLIA E DOS COSTUMES

Antes de abordarmos diretamente a questão em pauta, é crucial compreender como chegamos a essa inversão de valores. Em tempos passados, o policial era reverenciado como um herói, mas, nos dias atuais, para muitos, tornou-se uma figura associada ao vilão. Essa mudança de percepção não ocorreu de maneira abrupta; ao contrário, é resultado de uma série de transformações sociais, culturais e institucionais ao longo do tempo.

Ao longo do tempo, diversas correntes políticas e sociais têm trabalhado para a quebra dos padrões que norteiam nossa sociedade. O respeito à família, o zelo pelo patrimônio público e privado, as crenças religiosas e a naturalização do delito vêm sendo considerados algo antiquado e ultrapassado, logo necessitando de mudanças. Essa ordem preconiza a destruição daquilo que remete aos princípios consolidados até hoje para que algo novo o substitua.

Inicia-se, então, pela destruição do núcleo familiar, considerando que esta é a instituição mais antiga, remontando à antiguidade, mesmo antes da concepção da ideia de sociedade. Na Constituição Federal, o artigo 226, em seu caput, afirma que a família, base da sociedade e tem especial proteção do Estado. (Brasil, 1988)

Assim, observa-se que nosso maior ordenamento jurídico preconiza que a base da sociedade é a família, entendendo-se que sem ela toda a sociedade se desestrutura. Com a Constituição Federal de 1988, o ser humano passa a ser o cerne; entende-se que a dignidade da pessoa humana é o que se tem de maior valor, e o que se deve preservar a todo custo, em todas as esferas sociais.

Nesse diapasão, Barbosa salienta que

[...] o ser humano passa a ocupar o centro do ordenamento e consolidando-se a dignidade da pessoa humana como valor maior, cujo respeito se impõe como valor estrutural da República, a determinar a revisão e adaptação de todo sistema jurídico. Inicia-se, [...], a determinada “constitucionalização do direito civil”, que se fez forte no que concerne à família, à medida que se lhe reconhece o papel de núcleo natural para pleno desenvolvimento das potencialidades de seus integrantes. (Barboza, 2001, *apud* Campos; Resende, 2016)

Portanto, se há a intenção de destruir algo, que se comece pela base. É por isso que a instituição familiar é alvo de tantos ataques atualmente, e diversas são as formas desses ataques, muitas delas sutis e de boas intenções que aparentam querer defender outra causa. Disfarçada

Nessa direção, o núcleo da família contemporânea foi-se delineando paulatinamente, a partir da mudança dos costumes, dos valores, da própria revolução da sociedade, bem como da independência econômica da mulher, da igualdade e emancipação dos filhos, do divórcio, do controle de natalidade e da reciprocidade de direitos e deveres no que tange a prole. (Revista eletrônica do curso de direito – UFSM, 2016, p.8)

Algumas formas de ataques incluem a consideração de que o casamento hoje é tido como algo que restringe a liberdade do indivíduo, prendendo-o a um relacionamento monogâmico considerado retrógrado. Argumenta-se que ter filhos só traz trabalho e despesas, não oferecendo vantagens conceber uma criança nos dias de hoje. Chamar os criadores de "Pai" e "Mãe" é considerado ofensivo, pois há pessoas que não têm um dos dois ou faltam ambos, ou até mesmo crianças que só tem pais ou mães. A proibição da educação dos filhos com palmadas é justificada pela possibilidade de gerar danos psicológicos e ser considerada tortura; em alguns casos isso é uma realidade.

A visão marxista considera a família uma instituição que reforça a desigualdade social e a opressão de classes. Marx e Engels defendiam a ideia de que a família burguesa é baseada na propriedade privada.

“A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias.” (Max, 1848, p. 11)

Segundo essa visão, a família é responsável por transmitir os valores e ideologias da classe dominante para as gerações futuras. A ideia central é destruir a família e substituí-la por uma ideia de Estado, no qual os pais deixam de ter o planejamento familiar e a responsabilidade da educação dos filhos, transferindo essa função para o Estado, que poderia moldar o indivíduo conforme desejasse.

[...]Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo e concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações reciprocas. (Max, 1848, p. 12)

Um exemplo recente é a nova lei canadense de 2023, aprovada em Ontário, chamada de Bill 89, pertencente ao Ato de Apoio às Crianças, Jovens e Famílias de 2017. Essa lei concede ao governo o direito de tirar crianças da guarda dos pais caso estes não aceitem a identidade de gênero dos próprios filhos. Aprovada por 63 votos a 23, essa legislação

demonstra como a intervenção estatal nas questões familiares está em ascensão, desafiando princípios tradicionais e abrindo espaço para uma redefinição das relações familiares.

Isso ocorre até mesmo porque a defesa marxiana dos direitos se relaciona necessariamente ao Estado e à preponderância do Estado sobre a sociedade civil-burguesa. Como diz o autor sobre o assunto: “o direito do cidadão individual é uma tolice, se o direito do Estado não é reconhecido (Marx, 1998, p. 219)”.

2.2 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA JUVENTUDE

A juventude, especialmente durante o início da adolescência, representa uma fase crucial na formação do indivíduo, marcada por decisões que moldarão seu futuro. Escolhas relacionadas a educação, amizades e relações familiares desempenham um papel significativo, influenciando diretamente a trajetória de vida desses jovens.

Para muitos adolescentes, essa fase é um período de vulnerabilidade, especialmente quando oriundos de áreas carentes com pouco suporte estatal. O risco de exposição às drogas é elevado, destacando a importância de estruturas familiares sólidas e referências externas positivas. Infelizmente, a ausência desses elementos pode deixar os jovens suscetíveis a influências negativas, impulsionados pela curiosidade e busca por aventuras.

O abandono material e moral, a omissão ou a negligência dos pais, da sociedade e do Estado são as primeiras formas de lesão e/ou violação dos iniciais direitos de qualquer recém-nascido. É a partir delas que se projetam as demais, uma vez que à medida que a criança aumenta sua idade, ao lado das tímidas e insuficientes ações governamentais, diversificam-se, de forma crescente, as ações e os mecanismos de lesão dos novos direitos. (Souza, 2008, *apud* Campos; Resende, 2016)

Diante desse cenário, a intervenção da polícia militar por meio de projetos sociais junto com outros entes estatais e até mesmo membros da comunidade se torna crucial para preencher lacunas na ausência de referências. A implementação de iniciativas como a oferta de artes marciais abertas à sociedade, a disponibilização de espaços para lazer, visitas familiares e até mesmo a oferta de refeições para aqueles que enfrentam carências alimentares representa uma estratégia eficaz.

Essas ações desempenham um papel fundamental em afastar os jovens das ruas, reduzindo significativamente as chances de envolvimento com atividades criminosas. Ao

fornecer alternativas construtivas e seguras, a polícia militar contribui para a formação de cidadãos com valores sólidos. Esses projetos não apenas oferecem um refúgio contra influências prejudiciais, mas também trabalham para cultivar uma mentalidade positiva e valores éticos nos jovens participantes.

O policiamento comunitário só ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população. Isso permite a realização de um trabalho conjunto no qual ambos compartilham as tarefas e responsabilidades. Em locais onde essa relação encontra-se deteriorada ou não existe, o primeiro esforço deve ser para desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação e a confiança entre ambos. (Brasil, Manual de Policiamento Comunitário, 2009, p. 15).

Além disso, ao investir na criação de espaços seguros e atividades que promovem o desenvolvimento pessoal, a polícia militar está ativamente envolvida na prevenção do crime. Essas iniciativas não apenas protegem os jovens de situações perigosas, mas também os capacitam a se tornarem membros produtivos da sociedade, contribuindo para a restauração dos valores perdidos em suas comunidades.

Em suma, a atuação proativa da polícia militar por meio de projetos sociais representa uma estratégia eficaz. No entanto, tais iniciativas demandam recursos, e, para isso, parcerias são fundamentais. Uma integração com os CRAS locais, Conselhos tutelares, Secretarias municipais/estaduais e Prefeituras pode contribuir significativamente para que essas iniciativas saiam do papel e mude a vida de milhares de jovens.

No policiamento comunitário as ações não são realizadas apenas pela polícia. Como já dito anteriormente, além da participação da comunidade é necessário também buscar a colaboração de outros representantes públicos, como prefeitura, hospitais, escolas, concessionárias de energia e saneamento, Ministério Público, Ouvidorias de Polícia, entre outros. Essa coordenação de diversas instituições é fundamental, porque muitos problemas de segurança exigem providências que não dizem respeito apenas à polícia, mas também a outros serviços públicos. O resultado desse esforço conjunto acaba sendo um novo olhar e nova atitude diante dos problemas de segurança e do próprio trabalho policial. (Brasil, Manual de Policiamento Comunitário, 2009, p. 16)

É o que preconiza o Manual de policiamento comunitário na sua 4ª característica. O policiamento comunitário engloba diversos outros órgãos e entidades, todos trabalhando em sintonia para construir um lugar mais seguro para a população viver em harmonia.

A integração e cooperação entre a polícia, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e moradores locais são fundamentais para construir um lugar mais seguro e harmonioso para a população.

2.3 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS SOCIAIS

A implementação de projetos sociais que envolvem atividades esportivas, danças e lazer, natação liderados por policiais, pode desempenhar um papel significativo no aprimoramento do policiamento comunitário. Essa abordagem fortalece os laços entre a comunidade e a força policial, também cria um ambiente propício para a construção de confiança e colaboração mútua.

Ao oferecer esportes, danças e atividades de lazer, os policiais têm a oportunidade de se integrar à comunidade de uma maneira não tradicional. Essas atividades fornecem um terreno neutro onde as interações podem ocorrer de forma descontraída e amigável. Além disso, a prática de esportes e atividades físicas promove um estilo de vida saudável, o que contribui para uma comunidade mais saudável e resiliente.

“Enquanto no policiamento tradicional a polícia atua de forma pontual, quando o problema já está colocado, no policiamento comunitário ela atua integrada à comunidade, desenvolvendo um trabalho de prevenção.” (Brasil, Manual de Policiamento Comunitário, 2009, p. 17)

Um exemplo de projeto eficiente é o "Projeto Esperança Pe. Guido Tonelloto", uma obra social, criada por um padre de uma paróquia, situada da periferia da cidade de Mossoró-RN, dedicada à assistência integral de crianças, jovens e adolescentes. O projeto capacitou e encaminhou seus alunos para o mercado de trabalho, proporcionando oportunidades de uma vida melhor, afastando-os das drogas e da violência urbana, e oferecendo reforço escolar, alimentação, cursos, lazer e esportes, orientação e entretenimento para os jovens da comunidade local.

O funcionamento do projeto era organizado da seguinte maneira: os portões eram abertos às oito horas (8:00h) da manhã e fechavam às dezessete horas (18:00h) da tarde. As crianças que estudavam no período da tarde frequentavam pela manhã, enquanto as que estudavam pela manhã participavam à tarde. No local, havia mesa de ping-pong, mesa de sinuca, mesa de totó, aulas de capoeira e taekwondo, filmes, além de lanches e almoços. Em algumas ocasiões, eram oferecidos serviços médicos e odontológicos para as crianças e os adolescentes, tudo custeado pela paróquia São José, localizada no bairro Bom Jardim na cidade de Mossoró-RN.

O objetivo principal desse projeto era manter as crianças afastadas das ruas quando não estavam em período de aula, fornecendo também alimentação para muitos dos jovens que não dispunham de outras fontes. No entanto, uma ressalva era estabelecida para os participantes: a necessidade de manterem boas notas na escola. Os funcionários, altamente dedicados e voluntariosos, aproveitavam para ministrar valores de cidadania, respeito e amor ao próximo, alertando sobre os perigos das ruas e oferecendo um ombro amigo quando necessário.

Iniciado em 1994, o projeto perdurou até 2009, quando o conhecido "Padre Guido", idealizador do projeto, veio a falecer, levando ao encerramento de suas atividades. Muitos dos que passaram por lá tiveram suas vidas transformadas não apenas por ficarem longe das ruas, mas também pela formação de suas personalidades, promovida por pessoas profundamente comprometidas com o serviço ao próximo.

A formação do caráter é um elemento fundamental que orienta o indivíduo ao longo de toda a vida, e foi esse o maior legado que deixou o Pe. Guido Tonelloto para os milhares de jovens que passaram por lá.

A Polícia Comunitária implica uma mudança cultural, tanto dos policiais quanto do público para o qual se destinam os serviços de segurança pública. Com a mudança político-cultural promovida nos países democráticos, os pressupostos tradicionais de policiamento sofreram fortes críticas, fazendo com que se repensasse o papel da polícia. (Rosenbaum, 2012)

Em resumo, a introdução de projetos sociais que oferecem esportes, danças e lazer liderados por policiais em um ambiente seguro representa uma abordagem inovadora para fortalecer o policiamento comunitário. Essas atividades não apenas promovem a saúde e o bem-estar, mas também constroem uma base sólida de confiança e colaboração entre a polícia e os cidadãos da comunidade. Ao criar uma conexão mais próxima e positiva, a comunidade se torna um parceiro ativo na busca por uma sociedade mais segura e coesa.

2.4 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NAS ESCOLAS

Quando falamos em policiamento nas escolas, logo entendemos que seu propósito é trazer segurança, muitas vezes associada à presença de policiais para inibir comportamentos violentos. No entanto, é importante reconhecer que essa presença policial é, na verdade, uma resposta a situações que já deram errado. O verdadeiro objetivo do policiamento escolar, dentro

desse contexto, não é promover apenas um policiamento ostensivo, mas sim adotar uma abordagem de policiamento comunitário, buscando uma maior proximidade entre os alunos e os policiais.

O policiamento comunitário nas escolas vai além da mera presença física de agentes de segurança. Ele se baseia na construção de relacionamentos positivos, na colaboração e na prevenção. Em vez de ser uma resposta reativa a problemas, busca-se criar um ambiente onde os policiais desempenhem um papel ativo na promoção da segurança e bem-estar da comunidade escolar.

Vale ressaltar que o policial em um ambiente escolar não deve agir como se estivesse lidando com adultos na rua ou com infratores da lei, se comunicando de forma mais enérgica e, algumas vezes, sendo rude ou indelicado.

Na obra “Violência na escola: um guia para pais e professores”, Renato Alves entrevista alguns professores de uma determinada escola, embora eles apoiem a presença policial, eles se queixam de certos comportamentos dos policiais com os alunos.

Se por um lado a presença policial traz certa segurança à escola, coibindo, por exemplo, brigas e ameaças, por outro, posturas como as relatadas acima não contribuem para a melhora das relações escolares, pois afirmam a força, ao invés do diálogo e do respeito, como bases para o relacionamento no espaço escolar. (Alves, Renato, 2006, pag. 138)

A presença de uma guarnição policial em uma escola, na qual os policiais circulam durante o horário de intervalo e interagem com os alunos, pode ser de grande relevância. Muitos desses jovens desejariam uma aproximação com o policial, seja para tirar uma foto ou para fazer perguntas sobre a função policial, porém, não encontram oportunidade, pois, na rua, o policial está frequentemente em modo de ataque e defesa, desatento a contatos que possam distraí-lo.

Em ambientes descontraídos, como o intervalo entre aulas, essa interação pode quebrar diversos tabus associados aos policiais. Nessas ocasiões, os alunos têm a chance de perceber o lado mais humano dos policiais, fugindo da imagem muitas vezes intimidadora que possa existir nas ruas. A visita da guarnição policial não se limita apenas a uma presença física; ela representa uma oportunidade valiosa para construir pontes entre os policiais e a comunidade estudantil.

Nesse sentido, o policiamento comunitário nas escolas visa estabelecer uma conexão genuína entre os alunos e os policiais, construindo confiança e entendimento mútuo. Essa abordagem envolve a participação ativa dos policiais no ambiente escolar, não apenas como agentes de segurança, mas como membros engajados da comunidade. Eles podem se envolver

em atividades educativas, palestras sobre segurança, programas de orientação e até mesmo participar de eventos escolares não relacionados à segurança, criando assim laços mais sólidos com os estudantes.

É necessário um empenho em se desfazer de certos preconceitos, invertendo uma ótica que, por vezes, vê nos alunos supostos inimigos, para os tratar como aliados num processo de construção de uma esfera relacional e educativa mais adequada para os desafios apresentados por nossa sociedade. (Ruotti, Caren, 2006, pag. 138)

Ao passear pela escola e conversar com os alunos, os policiais têm a chance de se tornarem mais acessíveis e compreensíveis. Esse contato direto proporciona aos jovens a oportunidade de esclarecer dúvidas, explicar melhor a função policial e, mais importante ainda, desenvolver uma relação de confiança mútua. A quebra dessas barreiras contribui para a construção de um ambiente mais seguro e colaborativo, onde a presença policial é vista não apenas como uma medida de controle, mas como um recurso valioso para a promoção da segurança e bem-estar na comunidade escolar.

Dessa forma, ao adotar essa abordagem mais amigável e participativa, a visita da guarnição policial não apenas fortalece os laços entre os policiais e os jovens, mas também contribui para a construção de uma imagem policial mais positiva e próxima da comunidade. Essa interação, realizada em ambientes mais informais, possibilita uma quebra de estigmas e tabus, promovendo uma compreensão mais profunda e humanizada da função policial.

3 METODOLOGIA

Este estudo tem por objetivo buscar e estudar novas metodologias a serem aplicadas no policiamento militar. Também busca, no meio da comunidade, saber se existe interesse e confiança da população localizada no bairro Parque da Barragem, do município de Águas Lindas de Goiás – GO. O objetivo é implementar mecanismos preventivos de combate à violência com foco em crianças e adolescentes, de modo que estes pratiquem atividades de lazer, esportes e cultura e fiquem cada vez mais distantes das ruas.

Assim, para realizar esta pesquisa, a metodologia utilizada foi a realização de um questionário feito a membros da comunidade, no bairro Parque da Barragem no município de Águas Lindas de Goiás, sendo eles pais.

Os questionários foram realizados presencialmente, pesquisando pedestres que caminhavam pelas ruas e avenidas. Os pesquisados foram pessoas que têm ou tiveram filhos na comunidade pesquisada. Foram feitas cinco (05) perguntas a cada pesquisado, e buscou pesquisar um total acima de 267 pessoas.

O questionário foi realizado entre os dias 17 (sábado) e 18 (domingo) de fevereiro do ano de 2024 em áreas residenciais e comerciais.

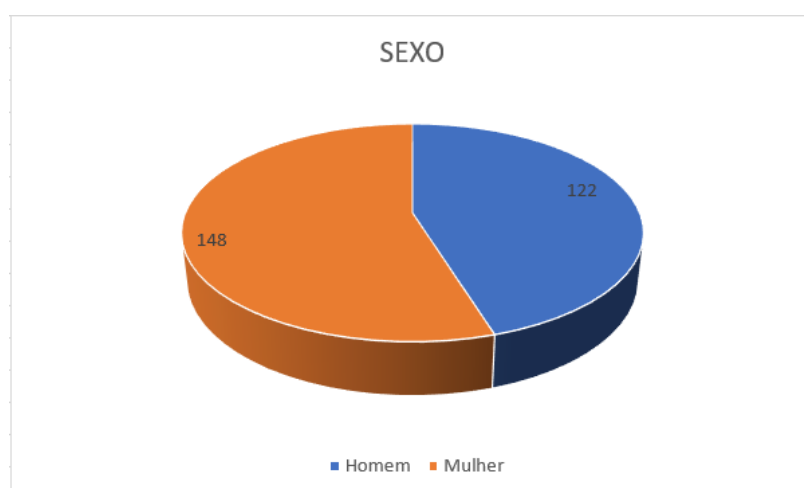
4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada no bairro Parque da Barragem, do município de Águas Lindas de Goiás – GO realizou o questionário para um total de 270 pessoas, considerado que a população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 225.693 pessoas. Resultados do Censo Demográfico de 2022.

A pesquisa tem um grau de confiança de 95% e a margem de erro é de 6%.

O primeiro parâmetro avaliado na amostra foi sexo da pessoa pesquisada, sendo que 54,81% dos entrevistados foram mulheres e 45,19% foram homens.

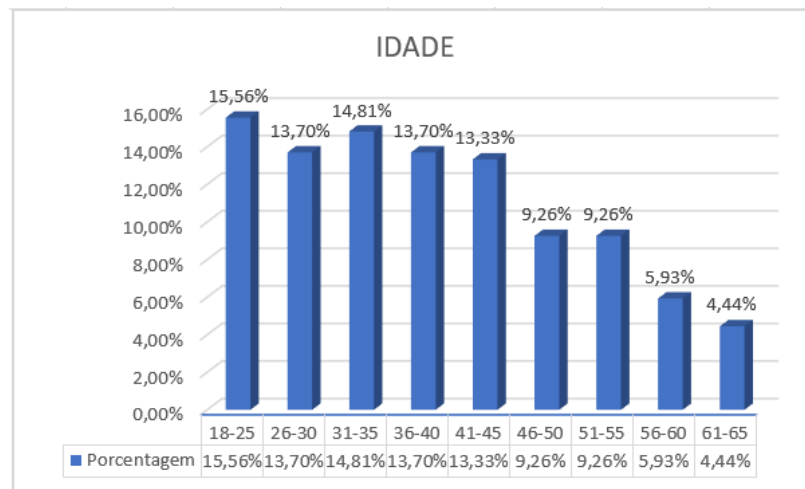
Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados



Fonte: Autor (2024).

O segundo parâmetro considerado foi a idade dos entrevistados, essa pesquisa dividiu a idade em grupos, sendo eles de 18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 35 anos, 36 a 40 anos, 41 a 45 anos, 46 a 50 anos, 51 a 55 anos, 56 a 60 anos e, por fim, 61 a 65 anos.

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados

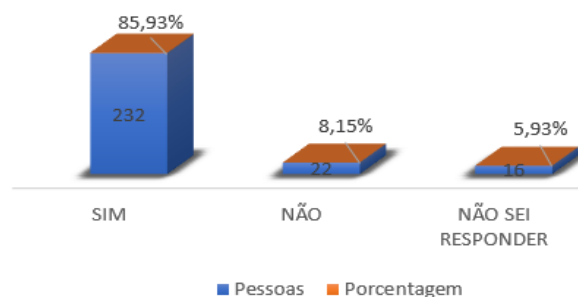


Fonte: Autor (2024).

Após esses dados, foram feitas 5 (cinco) perguntas, sendo elas, nessa ordem: “1. Você acredita que Artes Marciais, Danças e Lazer podem afastar Crianças e Adolescentes da violência nas ruas?”; “2. Você acredita que a Polícia Militar deve disponibilizar tempo e dinheiro em Projetos Sociais voltado a Crianças e Adolescentes?”; “3. Você incentivaria seu filho(a) a praticar alguma atividade ministrada por Policias Militares?”; “4. Você acredita que a aproximação do seu filho(a) com Polícia Militar faria bem para a formação do caráter dele(a)?”; e “5. Você acredita que a Polícia Militar tem um trabalho de Policiamento Comunitário eficiente?”.

Gráfico 3 – Pergunta 1: “Você acredita que Artes Marciais, Danças e Lazer podem afastar Crianças e Adolescentes da violência nas ruas?”

1. Você acredita que Artes Marciais, Danças e Lazer podem afastar Crianças e Adolescentes da violência nas ruas?



Fonte: Autor (2024).

Quando perguntado sobre a importância de artes maciais, danças e atividades de lazer voltado para crianças e adolescentes com o intuito de afastá-los das ruas, mais de 85% dos entrevistados consideraram que SIM, podem afastar as crianças e adolescentes da violência que acontece nas ruas. 8,15% consideram que NÃO e 5,93% não souberam responder.

Gráfico 4 – Pergunta 2: “Você acredita que a Polícia Militar deve disponibilizar tempo e dinheiro em Projetos Sociais voltado a Crianças e Adolescentes?”



Fonte: Autor (2024).

Quando perguntado se acreditam que a Polícia Militar deve disponibilizar tempo e dinheiro em Projetos Sociais voltado a Crianças e Adolescentes, mais de 80% entende que a PM deve disponibilizar recurso e dinheiro, 12,59% acredita que não deve investir em tais projetos e 7,04% não souberam responder.

Porém, considerando somente os que responderam “SIM” na primeira pergunta, 85,93% (232) dos entrevistados (que considerem importantes as atividades para afastar esses jovens das ruas), 16,38% (38) desses entendem que a Polícia Militar não deve disponibilizar tempo e dinheiro (ou não souberam responder) em projetos sociais voltados a esses jovens. Concluindo que mesmo entendendo ser importante essas atividades, a PM não deve disponibilizar dinheiro para essa área.

Já 83,62% (194) dos mesmos que responderam SIM na pergunta 1, consideram que a polícia militar deve disponibilizar tempo e dinheiro para atender esses jovens. Desse modo, eles consideram importantes as atividades e concordam que a PM deve disponibilizar tempo e recursos nessa área.

Gráfico 5 – Pergunta 3: “Você incentivaria seu filho(a) a praticar alguma atividade ministrada por Policias Militares?”



Fonte: Autor (2024).

Quando perguntados se incentivariam seus filhos a praticarem alguma atividade ministrada por militares, 82,22% responderam que SIM; 7,78% responderam que NÃO e 10% não souberam responder. Já quando perguntaram se a aproximação de seu filho com a PM faria bem para a formação de seu caráter, 73,7% respondeu que SIM; 10,37% responderam que NÃO e 15,93% não souberam responder, destacando um aumento considerável naqueles que não souberam responder. É importante considerar que parte dos entrevistados disseram considerar que outros fatores influenciarão o caráter de seus filhos e a mera aproximação do filho com a polícia não é um fator decisivo.

Gráfico 6 – Pergunta 4: “Você acredita que a aproximação do seu filho(a) com Polícia Militar faria bem para a formação do caráter dele(a)?”



Fonte: Autor (2024).

Por fim, vale destacar que, quando perguntado se a polícia militar tem um trabalho de policiamento comunitário eficiente, a maior parte considera que NÃO, totalizando 71,48% da população que não enxerga eficiência na forma de policiamento comunitário atual; 15,56% consideram que o policiamento comunitário é efetivo e 12,96% não souberam responder. Os números demonstram que a população não consegue ver o trabalho de policiamento comunitário praticado pela PMGO na comunidade pesquisada.

Gráfico 7 – Pergunta 5: “Você acredita que a Polícia Militar tem um trabalho de Policiamento Comunitário eficiente?”



Fonte: Autor (2024).

5 CONCLUSÃO

Os resultados indicaram que uma grande maioria, mais de 85% dos entrevistados, acredita que atividades como artes marciais, dança e lazer podem afastar crianças e adolescentes da violência nas ruas. No entanto, embora a maioria desses entrevistados apoie a ideia de a PM investir em projetos sociais para jovens, uma parte significativa também expressou reservas ou incerteza quanto a essa medida.

Quanto à disposição dos pais em incentivar a participação de seus filhos em atividades ministradas por policiais militares e à percepção sobre a influência positiva da proximidade com a PM na formação do caráter dos jovens, a maioria dos entrevistados demonstrou apoio. Entendendo que a cultura policial pode ser positiva para seu filho(a).

Por fim, os resultados revelaram que a maioria dos entrevistados não percebe eficiência no policiamento comunitário praticado pela PM, destacando uma lacuna na percepção da eficácia das medidas de segurança pública na comunidade estudada.

Com 71,48% dos entrevistados expressando a opinião de que o policiamento comunitário não é eficiente, e apenas 15,56% considerando-o efetivo, há uma clara indicação de descontentamento e falta de confiança na abordagem atual da PM em relação à segurança comunitária.

Essa constatação é crucial, pois o policiamento comunitário visa promover uma maior integração entre a polícia e a comunidade, fortalecendo a confiança mútua e colaboração na prevenção e solução de problemas locais. Se a maioria dos residentes não percebe essa abordagem como eficaz, isso pode indicar uma falha na implementação das políticas de segurança pública ou na comunicação entre a PM e os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2024.

GOIÁS, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **ESTUDOS DE POLÍCIA E POLICIAMENTO**. Goiânia: PMGO, 2023. 51 p.

BRASIL, **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2009. 104 p. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

BARBOSA. CAMPOS, Vanisse Monteiro; RESENDE, Gisele Silva Lira de. **A Desestruturação Familiar e o Adolescente em Conflito Com a Lei: Pontos e Contrapontos**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 11, n. 1 / 2016.

CAMPOS, Vanisse Monteiro; RESENDE, Gisele Silva Lira de. **A Desestruturação Familiar**

e o Adolescente em Conflito Com a Lei: Pontos e Contrapontos. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 11, n. 1 / 2016.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Marx & Engels Manifesto Comunista.** Edição eletrônica: Editora Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: <https://l1nq.com/9ak0y>. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

RUOTTI, Caren. **Violência na escola: um guia para pais e professores** / Caren Ruotti, Renato Alves, Viviane de Oliveira Cubas. – São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

“Fundador do Projeto – Pe. Guido Tonelotto”. Blog Projeto Esperança – Estrada Raiz. 17 de setembro de 2010. Disponível em: <https://encr.pw/dyKHN>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

FERNANDES, Alan. Potencialidades do Policiamento Comunitário na Redução do Uso da Força Pelas Polícias Militares. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, 160- 177 ago/set 2021.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa. **O policiamento Comunitário como uma prática social e o gerencialismo na Segurança Pública:** Análises de uma unidade operacional da Polícia Militar. READ | Porto Alegre – Vol. 26 – N.º 3 – Setembro / Dezembro 2020 – p.642-672.

Marx e o Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – v.11, n.21, jul/dez 2023. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023.

DONATO, Cássia Reis. **Guia de Prevenção Social às Violências e Criminalidades.** Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública - Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2016.

ROSENBAUM, D. P. A Mudança no Papel da Polícia: Avaliando a transição para Policiamento Comunitário. In: BRODEUR, J. P. (Org.). **Como Reconhecer um Bom Policiamento.** São Paulo: Edusp, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aguas-lindas-de-goias/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2024.